



Comissões ouvirão ministros sobre Operação Porto Seguro

Gerardo Magalhães/Agência Senado



Rolleberg e Souza conduzem a votação dos convites para esclarecimentos na Comissão de Fiscalização e Controle

Senadores querem esclarecimentos das suspeitas de venda de pareceres e também aprovam convites a presidentes das agências reguladoras envolvidas

Investigação da Polícia Federal em órgãos federais suspeitos de corrupção motivou acordo entre oposição e base aliada para convidar o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e o ministro-chefe da Advocacia-Geral da União, Luís Adams, além dos diretores-

-presidentes da Agência Nacional de Aviação Civil e da Agência Nacional de Águas. Pelo acordo, fica fora de pauta a convocação da ex-chefe da Secretaria Regional da Presidência da República em São Paulo Rosemary de Noronha, uma das principais investigadas. **3**

Projeto prevê fiscalização do TCU em agências reguladoras **2**

Moreira Menezes/Agência Senado



Sarney (C) lembra que, após a polêmica aprovação de ex-diretor da ANA, propôs nova regra para o Plenário avaliar indicações

Aprovação de autoridades pelo Senado gera discussão

Governo e oposição se enfrentaram ontem em debate sobre o processo para avaliar indicações de autoridades. Caso do ex-diretor da ANA Paulo Vieira, indiciado pela PF, foi lembrado. **2**

Obra suspeita de fraude no RS abre polêmica em comissão **9**

Vai à Câmara proposta que mostra imposto na nota fiscal **5**

Terceirizados ganham até 50% menos, alertam debatedores **6**

Relator defende FPE baseado na população e na renda dos estados

Walter Pinheiro distribuiu aos senadores o relatório sobre o projeto do Fundo de Participação dos Estados, para acelerar análise no Senado. **8**

Waldemir Barreto/Agência Senado



Pinheiro (ao lado de Alvaro Dias, Pedro Taques e Agripino) lembrou que projeto deve ser aprovado ainda em 2012

Advogada: não houve sequestro, mas adoção **10**

Marcos Oliveira/Agência Senado



Avança aumento de limite para gasto com professor

A Comissão de Educação aprovou ontem proposta que permite a União, estados e municípios ultrapassar o teto da Lei de

Responsabilidade Fiscal para gasto com pagamento de pessoal em caso de despesas com piso salarial nacional dos professores. **7**

Roberto Requião preside reunião da CE: iniciativa de Randolfe Rodrigues, relatada por Cássio Cunha Lima, segue para CAE e, depois, Plenário

TCU poderá auditar agências reguladoras

Projeto aprovado ontem por unanimidade na CMA prevê que o Tribunal de Contas da União faça fiscalizações periódicas. Matéria deve seguir para análise da Câmara

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem projeto do ex-senador Gerson Camata que prevê realização de auditorias periódicas do Tribunal de Contas da União (TCU) nas agências reguladoras.

De acordo com a proposta (PLS 438/07), as auditorias deverão avaliar as agências e os diretores delas. Os relatórios serão enviados ao Congresso.

A matéria recebeu aprovação unânime na CMA, em decisão terminativa, que não precisa passar pelo Plenário.

O texto poderá seguir diretamente para a Câmara.

Ao sugerir o projeto, Camata destacou que as agências são indispensáveis para a concessão de atividades econômicas e serviços públicos, mas ressaltou que precisam de aperfeiçoamentos para

preservar autonomia e corrigir problemas.

O relator na CMA, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), lembrou a Operação Porto Seguro, da Polícia Federal, que resultou no indiciamento de um diretor da Agência Nacional de Águas (ANA) e outro da

Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

— Creio eu que essa matéria tem relação direta com o ocorrido — disse.

O senador modificou o texto de Camata para deixar ao TCU a decisão sobre a periodicidade das auditorias.



Entre os senadores Casildo (E) e Cícero (D), Sarney lembra contexto que envolveu a indicação de Paulo Vieira para a ANA

Recondução de membro do CNMP gera polêmica

O requerimento de urgência para a votação de Luiz Moreira Gomes Júnior para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) gerou polêmica no Plenário ontem, dividindo senadores governistas e de oposição. Moreira já é conselheiro do CNMP e busca a recondução ao cargo.

Os opositoristas Alvaro Dias (PSDB-PR), José Agripino (DEM-RN) e Mário Couto (PSDB-PA), mais Pedro Taques (PDT-MT), não queriam votar. É que, apesar de Moreira ter sido aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), há na comissão requerimentos pedindo mais fiscalização sobre o nome dele, indicado pela Câmara.

Taques e Agripino insistiram ser necessário ouvir o Ministério Público antes da votação.

— Temos passado por situações, no mínimo, esdrúxulas, esquisitas, em indicação de autoridade. Notadamente para as agências reguladoras, nós aprovamos sem aquela investigação — afirmou Taques.

Agripino comparou o caso à aprovação do nome de Paulo Vieira para a Agência Nacional de Águas (ANA). Vieira foi preso na sexta-feira e afastado do governo por suposto envolvimento no esquema de fraudes investigado pela Polícia Federal na Operação Porto Seguro.

— Nós estamos vivendo momento de muita dúvida sobre a aprovação do Senado a um

indicado para a ANA. Houve a rejeição ao nome e foram feitas *démarches* [interferências] que invalidaram a votação. O nome voltou, sendo aprovado no Senado — advertiu.

Já o governista Humberto Costa (PT-PE) disse que, além da sabatina na CCJ, Moreira teve o nome submetido a um pedido de informações que foi feito ao Ministério Público Federal para esclarecer dúvidas.

— O que ocorreu na comissão é que, diante de novas alegações, que, no meu entender, têm um caráter claramente procrastinatório, foi discutida a proposição de novos procuradores serem ouvidos — minimizou o parlamentar.

Sarney lembra o caso de ex-diretor da ANA

Diante da queixa de José Agripino sobre a aprovação de Paulo Vieira para a ANA, o presidente do Senado, José Sarney, lembrou as circunstâncias do caso e reiterou a normalidade dos procedimentos adotados.

Sarney salientou que a posição dele sempre foi decidir de acordo com as lideranças, buscando o consenso, especialmente diante de casos para os quais não há previsão regimental.

Pela Constituição, os diretores das agências reguladoras devem ser sabatinados na CCJ e depois ter o nome aprovado em votação secreta pelo Plenário. No caso de Paulo Vieira, o questionamento se dá por terem ocorrido três votações sobre a condução dele ao cargo. Na primeira, houve empate. Na segunda, rejeição. Numa terceira, aprovação.

O nome de Vieira foi submetido ao Plenário pela primeira vez em dezembro de 2009. Após um empate, houve uma nova votação e ele foi recusado por 26 votos a 25 e 1 abstenção. No entanto, recurso de Magno Malta (PR-ES) para que houvesse nova votação foi à CCJ. Na época, o relator do pedido na comissão, o então senador Demóstenes Torres, foi contrário ao requerimento, mas ressaltou que a decisão final cabia ao Plenário.

Em 14 de abril de 2010, Romero Jucá (PMDB-RR) levantou o assunto no Plenário, que concordou com nova votação. Dessa vez, Vieira foi aprovado por 28 votos a 15.

No dia seguinte, Agripino questionou a nova votação e Sarney encaminhou o protesto à CCJ, que alegou ser da Presidência do Senado a competência para decidir.

No entendimento de Sarney, a aprovação do nome de Paulo Vieira em Plenário não poderia ser desfeita. Contudo, o presidente do Senado apresentou à Mesa uma proposta para regulamentar o procedimento de aprovação de autoridades. Atualmente em vigor, a regra proíbe que o Senado vote indicação de nome rejeitado no mesmo ano.

— É verdade que a Presidência [do Senado] tenha feito uma manobra. O senador Jucá pediu a revotação dizendo haver acordo entre os líderes. Então eu, na Presidência, resolvi consultar o Plenário para a votação, uma vez que não havia previsão regimental para o caso e o parecer do senador Demóstenes não era contrário. Ele, de fato, submetia o caso à apreciação do Plenário — explicou Sarney.

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h40 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO MPs trancam a pauta

14h A pauta está trancada por medidas provisórias, entre elas a que permite antecipar pagamentos a empresas que realizam obras em parcerias público-privadas.

PRESIDÊNCIA Fim da violência contra a mulher

12h José Sarney recebe Patrícia Olamendi, do Comitê de Peritos do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção de Belém do Pará. Às 16h, preside a ordem do dia.

RIO SÃO FRANCISCO Transposição

9h A comissão que acompanha a transposição do Rio São Francisco apresenta plano de trabalho.

CAS Capacitação profissional

9h A Comissão de Assuntos Sociais examina projeto que garante a empresas a dedução no Imposto de Renda dos valores aplicados na formação profissional dos empregados.

CCT Licenciamento para pesquisa

9h A Comissão de Ciência e Tecnologia realiza audiência sobre o projeto que autoriza a criação de empresa pública para gestão do licenciamento de pesquisa nos biomas brasileiros.

CRE Orçamento 2013

9h30 Discussão e votação das emendas da Comissão de Relações Exteriores ao Orçamento.

CCJ Armas de fogo para agente prisional

10h Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, projeto que autoriza agentes e guardas prisionais portar arma de fogo mesmo fora de serviço.

CE Dirigentes de clubes

10h A Comissão de Educação, Cultura e Esporte realiza audiência sobre o projeto que trata do mandato de dirigentes de clubes, federações e confederações esportivas.

HOMENAGEM Gráfica faz 49 anos

10h Missa em comemoração aos 49 anos da Secretaria Especial de Editoração e Publicações.

CPI DO CACHOEIRA Relatório final

10h15 Reunião da comissão parlamentar de inquérito que investiga as relações do contraventor Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, para apresentação do relatório final.

CDH Crianças e idosos

11h A Comissão de Direitos Humanos examina projeto que amplia a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor contra criança. Às 14h30, realiza audiência sobre idosos.

CDR Emendas ao Orçamento

14h Na pauta, emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional ao Orçamento de 2013.

MERCOSUL Estatuto de Fronteira

14h30 A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul examina parecer pela rejeição a projeto de lei do Senado que institui o Estatuto de Fronteira.

CMO Auditorias em obras públicas

14h30/15h Reuniões da Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2 da Câmara, para examinar avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias em obras públicas.

CI Indústria petrolífera

14h30 A Comissão de Infraestrutura analisa o projeto que inclui estados no Regime de Incentivos para Desenvolvimento da Indústria Petrolífera no Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

CRA Biocombustíveis

15h A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realiza audiência sobre a proposta que dispõe sobre a Política Nacional para os Biocombustíveis.

FÓRUM Senado Brasil 2012

18h Lançamento dos livros e DVDs do Fórum Senado Brasil 2012, na Biblioteca Luiz Viana Filho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Senado ouvirá ministros sobre nova operação da PF

Presidentes da Anac e da ANA também serão convidados a prestar esclarecimento sobre denúncias de venda de pareceres, mas acordo exclui secretária da Presidência em São Paulo, uma das principais investigadas

ACORDO ENTRE GOVERNO e oposição levou a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) a aprovar ontem convite ao ministro-chefe da Advocacia-Geral da União, Luís Inácio Adams, e ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. O objetivo é que eles prestem esclarecimentos sobre a Operação Porto Seguro, em que a Polícia Federal investiga suspeitas de fraudes e venda de pareceres técnicos em diversos órgãos federais, incluindo agências reguladoras.

No centro do escândalo, estão a ex-chefe da Secretaria Regional da Presidência da República em São Paulo, Rosemary de Noronha, e o ex-advogado-geral-adjunto da União, José Weber Holanda Alves — considerado braço direito de Adams. Os requerimentos de convocação deles não entrarão em pauta, conforme o acordo articulado pelo senador Randolfe



Braga e Viana, pelo governo, articulam acordo com Randolfe e Alvaro, da oposição

Rodrigues (PSOL-AP) e pelo líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM).

Agências

O ministro da Justiça deverá ser ouvido de forma conjunta pela CMA e pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Também serão convidados a prestar esclarecimentos ao Senado, em audiência pública conjunta da CMA e da Comissão de Infraestrutura (CI), o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo,

e o diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo dos Guarany.

De acordo com o líder do governo, todos os depoimentos aprovados ontem acontecerão semana que vem, entre os dias 5 e 6. Braga disse que o governo está tomando todas as providências cabíveis e que os depoimentos funcionarão como um “complemento de esclarecimento”.

— O governo não teme tornar absolutamente claras e transparentes todas as suas posições — afirmou o senador.

Sabatinas do Senado precisam ser mais criteriosas, afirma Bauer



A repetição de escândalos envolvendo ocupantes de cargos públicos mostra que o Senado precisa aprimorar o processo de aprovação de autoridades indicadas pelo Poder Executivo. Foi o que afirmou Paulo Bauer

(PSDB-SC), ao comentar a Operação Porto Seguro, da Polícia Federal, que resultou no indiciamento de 19 suspeitos de fraudes em órgãos do governo.

O senador elogiou a postura da presidente Dilma Rousseff, por determinar o imediato afastamento dos suspeitos de tráfico de influência e venda de pareceres técnicos e informações confidenciais. Ressalvou, no entanto, que o problema expõe falhas no critério de escolha do governo para cargos de confiança.

— O critério de escolha não obedece a critérios de zelo, a critérios de cuidado, que nós aqui no Senado precisamos aprimorar. As sabatinas que são feitas aqui de autoridades precisam entrar em um detalhamento maior.

Para Alvaro, governo manipula ao mostrar “faxina” na gestão pública



Alvaro Dias (PSDB-PR) apontou a existência de uma estratégia de marketing para passar à opinião pública a ideia de que o governo está fazendo um “esforço descomunal” para realizar uma faxina na gestão federal.

A acusação do senador vem após a Operação Porto Seguro, que resultou na prisão de integrantes do governo sob acusação de corrupção.

— Queremos registrar inconformismo com essa postura insincera de quem tenta passar a ideia de que há, no governo, um esforço de moralização. As atitudes se contrapõem a essa manifestação.

Para o senador, a intenção do governo ficou clara com a rejeição, na Comissão de Educação, do requerimento para a convocação de um dos envolvidos no escândalo, o consultor jurídico do Ministério da Educação Esmeraldo Malheiros.

Ele informou que a oposição continuará tentando aprovar requerimentos para a convocação dos envolvidos no esquema.

Braga nega “blindagem” a Rosemary

O líder do governo, Eduardo Braga, negou que o governo esteja “blindando” Rosemary de Noronha para evitar que ela seja convocada pelo Congresso para prestar esclarecimentos sobre a Operação Porto Seguro.

— Há um desejo do governo de que todos venham. Queremos poder ouvir o que eles possam acrescentar — disse. Ele citou o acordo para ouvir

primeiramente o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, o advogado-Geral da União, Luís Inácio Adams, e também os presidentes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Pacheco dos Guarany, e da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu Guillo.

— É preciso primeiro ouvir as autoridades que estão diretamente envolvidas com os

órgãos que apuraram e com as questões já postas — afirmou.

Braga disse que o governo está tomando todas as medidas necessárias com agilidade.

— Afastou quem tinha que afastar, demitiu quem podia ser demitido. Todos esses fatos foram apurados pela Polícia Federal, e o governo está enfrentando isso com absoluta isenção e com a maior transparência — disse.

Requião destaca relatório do TCU que aponta falhas na ANTT

Roberto Requião (PMDB-PR) comentou ontem relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que aponta “falhas gritantes” da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) na fiscalização do contrato de concessão da Autopista Litoral Sul, entre Paraná e Santa Catarina. Requião disse que o relatório responsabiliza Bernardo Figueiredo por conduta omissiva enquanto diretor-geral da ANTT e expõe falhas no órgão que garantiria serviço adequado e tarifas justas.

Requião lembrou que a recondução de Figueiredo à ANTT foi rejeitada por 36 votos a 30 no Plenário, este ano. Seu nome foi então indicado pela presidente Dilma Rousseff para comandar a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), que surgirá a partir da transformação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade.

— Nós o rejeitamos, mas ele é promovido, e aí está todo lampeiro dando entrevista, falando em nome do Brasil com investidores internacionais e bancos estrangeiros.

Requião salientou que a criação da EPL está prevista no projeto de lei de conversão (PLV) 23/12, oriundo da Medida Provisória 576/12, uma das três MPs que trancam a pauta

do Plenário. Ele ressaltou que, embora a proposta nem tenha sido aprovada, a EPL já dispõe de R\$ 133 bilhões para a privatização de ferrovias, portos e aeroportos.

Requião contou que quando governou o Paraná, entre 1991 e 1994, investiu US\$ 80 milhões para duplicar o trecho paranaense da rodovia. O estado nunca foi ressarcido e a rodovia foi privatizada com instalação de pedágio. O TCU, disse Requião, demonstrou que esse pedágio poderia ser reduzido em R\$ 790 milhões caso a ANTT cumprisse o dever de agente fiscalizador.

— Figueiredo não fiscaliza e não deixa fiscalizar — disse.

João Capiberibe (PSB-AP) solidarizou-se com Requião e cobrou providências.



Requião lembra que recondução do diretor-geral da ANTT foi rejeitada

Cyro: em 10 anos de governo, PT não acabou com “gargalos” do país

Cyro Miranda (PSDB-GO) fez um balanço dos dez anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT). Em sua avaliação, sob o comando de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff, o país não conseguiu superar os “gargalos” nas áreas de infraestrutura, saúde e educação.

O senador listou uma série de problemas na administração petista, como atrasos nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), más condições dos presídios e “apagões” de energia elétrica.

— Em uma década de governo, não dava para melhorar a gestão administrativa pública? Em dez anos, não dava para melhorar as condições dos presídios? Em dez anos, não dava para ter uma educação pública de qualidade? Em dez anos, não dava para dotar o Brasil de infraestrutura adequada em portos, aeroportos, rodovias e ferrovias? — questionou.

Cyro Miranda disse que Lula não realizou as reformas necessárias ao desenvolvimento do país e que Dilma não tem demonstrado força para

fazê-las. O senador afirmou que enquanto o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso estabeleceu as prioridades para fazer o Brasil se desenvolver, Lula ficou “acomodado na bonança do ciclo de desenvolvimento econômico”.

— Dilma não tem como lavar as mãos e explicar tudo como herança maldita, tal como fez seu antecessor. Ela esteve à frente dos projetos estratégicos do governo Lula. É considerada a mãe do PAC. Grande parte dos problemas que o Brasil enfrenta é herança de Dilma para Dilma.



Em pronunciamento, Cyro Miranda critica governos Lula e Dilma

Voo cancelado pode dar indenização a usuário

Projeto de Ângela Portela, aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, prevê que os passageiros recebam valor igual à tarifa cheia, além do reembolso do bilhete

PASSAGEIROS QUE TIVEREM o voo cancelado por uma companhia aérea vão poder ter direito a indenização igual à tarifa cheia, além do reembolso do valor do bilhete. Projeto com esse objetivo, de Ângela Portela (PT-RR), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta (PLS 278/11) também fixa antecedência

mínima de três meses para a empresa comunicar à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) a desistência de exploração de linha aérea. Nesse caso, a companhia desistente ficará impedida de voltar a explorar o trecho por dois anos.

Para coibir a cobrança indevida de adicionais, o projeto prevê a especificação dos serviços correspondentes a

cada tarifa, que deverão ser claramente informados ao consumidor antes da aquisição do bilhete.

A parlamentar pretende que a Anac fiscalize como essas tarifas são apresentadas nos sites de venda de passagens, de forma a evitar propaganda enganosa que ofereça serviços extras, como seguro de viagem, “de forma sub-reptícia”.

A senadora propõe que os órgãos encarregados de regular o mercado sejam comunicados sobre qualquer indício de manipulação de tarifas ou de linhas que vise à dominação do setor e à eliminação de empresas rivais.

O projeto teve relatório favorável de Roberto Requião (PMDB-PR), que sugeriu a rejeição do PLS 609/11, de

Cícero Lucena (PSDB-PB), que tramita em conjunto.

A matéria ainda vai ser examinada pelas Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Serviços de Infraestrutura (CI) e Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa, ou seja, não precisará passar pelo Plenário.



Genaldio Magalhães/Agência Senado

Graziella Baggio, do sindicato dos aeronautas; procurador Ricardo José Pereira; senador João Costa; Antônio Espósito Neto, da Secretaria de Aviação Civil; e Odilon Junqueira, de entidade das empresas

Aeroporto ainda enfrenta risco de paralisação no fim do ano

Representantes das empresas e dos trabalhadores do setor aéreo se dizem empenhados em buscar um entendimento e evitar a paralisação dos aeroportos nas festas de final de ano.

Essa intenção foi demonstrada ontem numa audiência pública da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

O impasse na negociação está nas cláusulas financeiras.

Graziella Baggio, secretária de Assuntos Previdenciários do Sindicato Nacional dos Aeronautas, disse que a categoria não abre mão do repasse integral da inflação e do aumento real nos salários, o que totaliza um índice de reajuste de 11,4%.

Apesar de apontar ganhos recentes no setor, como produtividade superior a 5,5% e desoneração da folha

de pagamento e da tarifa de energia elétrica, a sindicalista reclamou da resistência do empresariado até em repor a inflação do período.

Na outra ponta, Odilon Junqueira, consultor do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, afirmou que não há obrigatoriedade legal de recomposição do desgaste inflacionário dos salários. Ele comentou que o segmento

emprega 50 mil pessoas e tem os gastos com pessoal como segundo maior custo, só superado pelas despesas com combustível. Odilon também creditou as dificuldades econômicas amargadas pelo setor aéreo à carga tributária, ao custo da infraestrutura e à variação cambial.

Graziella e Odilon reconheceram que a proximidade da data-base dos trabalhadores

do setor aéreo — 1º de dezembro — com as festas de Natal e Ano Novo gera na população o receio de que haja greve numa época de movimento bastante intenso nos aeroportos.

Apesar de se dizerem empenhados em negociar a mudança da data, acabaram jogando um para o outro a falta de interesse em resolver a questão.

Costa: direito trabalhista precisa ser respeitado

O presidente da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil, João Costa (PPL-TO), defendeu o diálogo entre trabalhadores e empresários para evitar uma greve dos aeroviários neste final de ano.

Na avaliação do senador, os problemas enfrentados pelo setor devem-se a uma crise mais generalizada e não constituem responsabilidade de setores específicos.

— Podemos culpar o governo, os aeroviários, os empresários, mas o certo é não culparmos ninguém e sentarmos para resolver a situação. Só há uma solução para os problemas: é conversando.

Ao comentar a demissão dos funcionários da Webjet, que foi extinta após ser comprada pela Gol, Costa ponderou que tanto o governo como o Congresso têm responsabilidade com a situação desses trabalhadores e suas famílias. Ele disse que o crescimento econômico do país deve ser acompanhado do respeito aos direitos dos trabalhadores.

Pilotos criticam projeto de aumento na jornada

O projeto que amplia de 11 para 14 horas a jornada dos aeronautas recebeu críticas no debate. Paulo Licati, da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil, disse que a proposta (PLS 434/11), do senador licenciado Blairo Maggi (PR-MT), carece de estudos científicos para fundamentá-la.

— A fadiga é causa de 80% dos erros cometidos por pilotos. Levantamento feito nos Estados Unidos mostra que qualquer jornada que ultrapasse 13 horas aumenta em 300% o risco de acidentes — alertou.

Já Odilon Junqueira, do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias, afirmou que inovações no setor já permitem ampliar, com segurança, a jornada de trabalho.

O PLS 434/11 será votado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Na justificativa, Blairo afirma que a proposta está amparada na legislação internacional do setor, estabelece limites mais estritos para voos noturnos e amplia as folgas mensalmente devidas aos aeronautas.

Trabalhadores perdem direitos, diz procurador

O procurador regional do Trabalho Ricardo José Pereira defende a realização de uma reforma sindical e trabalhista para evitar os recorrentes problemas entre empresários e trabalhadores em atividades essenciais, como a aviação.

Ameaçar uma greve no final do ano, disse o procurador, é uma forma que esses trabalhadores da aviação civil têm de mostrar a degradação das condições de trabalho e a necessidade de reformulação do sistema trabalhista como um todo.

Ele disse que a Procuradoria-Geral do Trabalho está acompanhando os desdobramentos da demissão em massa de funcionários de Webjet. Em sua avaliação, os empresários devem valorizar as negociações coletivas em todas as circunstâncias. A classe patronal, observou, reclama da rigidez das normas trabalhistas e toma decisões extremas, como demissão. Ele disse que o atual sistema favorece a redução de direitos dos empregados e beneficia os empresários.

Adiada votação sobre venda nacional de itens para exportação

A pedido de Eduardo Suplicy (PT-SP), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) adiou para o dia 11 a votação do projeto que permite a empresas em zonas de processamento de exportação (ZPEs) destinar ao mercado nacional até 40% da produção (PLS 764/11). A proposta precisa ter um turno suplementar de votação, porque foi aprovado substitutivo em 16 de outubro. Se aprovado no dia 11, o texto segue para a Câmara dos Deputados caso não haja recurso para votação no Plenário.

Atualmente, as empresas instaladas em ZPEs podem vender dentro do país apenas 20% do que produzem. Pelo projeto, além de o índice ser dobrado, as empresas em ZPEs que atuam na área de softwares poderão comercializar no mercado interno a metade do que produzem nas ZPEs, conforme substitutivo apresentado por Jorge Viana (PT-AC) ao projeto de Lídice da Mata (PSB-BA).

O objetivo da mudança é estimular o desenvolvimento das ZPEs, apontadas pelos senadores como instrumento importante de desenvolvimento de países como China, Cingapura, Coreia do Sul e Taiwan.

Depois da primeira votação, foram apresentadas 14 emendas ao projeto, das quais apenas 3 foram acolhidas parcialmente pelo relator. Uma delas obriga as empresas instaladas nas ZPEs e com filial fora da zona de processamento de exportação a manter contabilidades separadas para as duas unidades.



Delcídio do Amaral (E) põe em votação na Comissão de Defesa do Consumidor o projeto apresentado por quatro senadores

Avança texto para informar impostos em notas fiscais

Segue para votação na Câmara projeto que determina divulgação de ICMS, IPI, ISS e Cide em produtos e serviços. Intenção é substituir proposta anterior que exigia discriminação de todos os tributos embutidos

CONSUMIDORES PODEM GANHAR o direito de conferir, em notas fiscais, o valor dos impostos embutidos em produtos e serviços. Projeto sobre isso (PLS 76/12) foi aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), em votação final, e segue para a Câmara. Os autores são João Capiberibe (PSB-AP), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Ângela Portela (PT-RR).

De acordo com o relator, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), o consumidor tem o direito de saber quanto paga de imposto, e a informação deve ser exata, não uma mera estimativa.

O projeto estabelece a discriminação individualizada de IPI (incidente sobre produtos industrializados e cobrado pela União); ICMS (sobre circulação de mercadorias e serviços, cobrado pelos estados); ISS (sobre serviços de qualquer natureza, cobrado pelos municípios); e Cide (contribuição sobre combustíveis, cobrada pela União).

Rollemberg fez modificações porque considerou que o descumprimento da norma constitui infração administrativa, e não penal, conforme havia sido pensado pelos autores. Além disso, optou por dar prazo de 180 dias para que a determinação entre em vigor, contados da publicação da lei: — É necessário que os fornecedores tenham algum tempo para implementar as medidas — afirmou Rollemberg.

Os autores queriam também que as informações constassem em anúncios publicitários, o que foi considerado impraticável pelo relator.

Mais viável

Projeto semelhante (PLS 174/06), de Renan Calheiros (PMDB-AL), foi aprovado há duas semanas pela Câmara e enviado a sanção. Mas João Capiberibe (PSB-AP) argumentou que o novo texto é mais viável, pois obriga a discriminação de apenas quatro tributos, e não todos.

— Pelo que observei, o

Executivo já declarou que não se compromete com a execução do outro projeto, que deve ser vetado — disse Capiberibe.

A comissão também analisou o PLC 113/11, do deputado Valtenir Pereira (PSB-MT), que obriga detalhamento dos preços em prateleiras. A intenção é facilitar a comparação de marcas, determinando que, no mesmo espaço do preço à vista, também esteja o preço à vista correspondente a um quilo, um litro ou um metro. O relator, Anibal Diniz (PT-AC), determinou que as unidades de medida sejam definidas pelo Inmetro.

Como o projeto foi alterado, o substitutivo será submetido a turno suplementar de votação na própria CMA. Cumprida essa etapa, voltará para a Câmara, se não houver recurso para votação pelo Plenário do Senado. O PLS 393/11, de Ciro Nogueira (PP-PI), que tramitava em conjunto com o PLC 113/11, foi considerado prejudicado e não chegou a ser votado.

Projeto aprovado incentiva capacitação de funcionários

As empresas poderão ter mais segurança jurídica para deduzir as despesas com capacitação de seus empregados na apuração do Imposto de Renda (IR) com base no lucro real.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em decisão terminativa, o projeto da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) que descreve as situações em que essas despesas podem ser abatidas.

De acordo com o PLS 149/11, são dedutíveis despesas com qualificação, treinamento e formação profissional, inclusive mediante concessão de bolsa de estudo em instituições de ensino de qualquer nível, desde que oferecidas em condições de igualdade para todos os empregados.

Vanessa disse que a Receita Federal vem dando interpretação restritiva ao que seja “formação profissional de empregados”, cujos gastos são dedutíveis na apuração do lucro real.

A solução que ela encontrou foi apresentar o projeto que, na avaliação do relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE), contribui para dirimir dúvidas de interpretação e eliminar a insegurança jurídica.

Monteiro ressalta no relatório que as condições estabelecidas no projeto espelham a realidade de uma empresa interessada na qualificação da mão de obra, “sendo bastante razoáveis”.

Conta de luz pode ficar mais barata para famílias pobres

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o projeto que isenta as distribuidoras de energia elétrica do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente sobre a subvenção econômica dada às famílias de baixa renda (PLC 132/08).

Como vários estados cobram ICMS sobre esses valores, as distribuidoras repassam o custo para a conta de luz, onerando o consumidor pobre. O relator, José Pimentel (PT-CE), disse que o beneficiário será o consumidor de baixa renda, “contribuinte de fato do imposto”.

Outro projeto que altera a legislação do ICMS, aprovado

pela CAE, é o PLS 736/11, do senador Francisco Dornelles (PP-RJ). A proposta elimina a obrigatoriedade de antecipar o recolhimento de ICMS sobre créditos associados a quaisquer meios de pagamento de serviços de comunicação, à exceção daqueles usados em orelhões.

No caso dos celulares pré-pagos, o imposto será recolhido em favor do estado onde o aparelho estiver habilitado, e não do estado onde o “cartão” for adquirido. Os estados passariam a cobrar o ICMS nas modalidades pré-pagas da mesma forma adotada em relação aos planos pós-pagos.

Tanto o PLS 132/08 quanto o PLS 736/11 serão votados pelo Plenário do Senado.

Análise do relatório de MP do setor elétrico deve ser feita hoje

Prevista para ontem, a votação do relatório da comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 577/12 deve ser feita hoje, após concessão de vista coletiva da matéria.

Instalada em outubro, a comissão examina a MP que trata da intervenção no setor elétrico para adequar a distribuição de energia, além da extinção de concessões e da prestação temporária do serviço. A MP 577/12 tramita quase simultaneamente com a MP 579/12, que reduz as tarifas de energia e permite a renovação antecipada de concessões.

Mantega apresentará ao Senado unificação do ICMS

Na terça-feira, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, apresentará à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) a proposta do governo que reduz para 4% e unifica as alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Hoje são de 12% (para os estados pobres) e de 7% (para os ricos).

O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), informou que o ministro também discutirá as dívidas dos estados, o Fundo de Participação dos Estados e os incentivos fiscais concedidos sem autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

A realização da audiência foi acertada pelo presidente

da CAE após participar ontem de uma reunião com Mantega.

Segundo Delcídio, o governo se comprometeu com a viabilização das mudanças no ICMS cobrado no comércio eletrônico. Já aprovada pelo Senado, a proposta (PEC 103/11) está na Câmara. A mudança beneficia os estados compradores de produtos pela internet.

Na terça-feira seguinte, 11 de dezembro, haverá uma audiência para discussão da proposta da unificação do ICMS, com a participação do secretário-executivo do Ministério da Fazenda e presidente do Confaz, Nelson Barbosa, e de um secretário de Fazenda representando cada uma das cinco regiões brasileiras.

Terceirização “rouba” direitos dos trabalhadores, dizem sindicalistas

Recurso criado para dar mais agilidade tem sido usado para aumentar lucros, segundo participantes de audiência pública no Senado

TRABALHADOR TERCEIRIZADO GANHA até 50% menos que um empregado efetivo, enfrenta jornada mais longa e em condições piores, está mais sujeito a acidente de trabalho e não tem muitos dos direitos previstos na legislação. Isso foi confirmado ontem por advogados e representantes do Ministério Público, dos auditores fiscais do Trabalho e de centrais sindicais, durante debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Inserida no processo de transformações do mundo do trabalho, a terceirização teria como função dar maior agilidade produtiva e competitividade às empresas, as quais, em vez de manterem quadros para todas as funções,

contratariam prestadoras de serviços para realizar as atividades necessárias que não são o objetivo da empresa.

No entanto, os especialistas ouvidos na CDH dizem que a prática da terceirização no Brasil tem servido para reduzir custos e aumentar lucros das empresas, à custa de redução salarial e desobrigação de direitos trabalhistas.

— Uma coisa são os conceitos, e outra coisa é a prática. A terceirização é a principal ferramenta de precarização no mercado de trabalho brasileiro, de “surrupio” dos direitos dos trabalhadores — afirmou Marcelo Campos, diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Um problema recorrente nesse tipo de contratação, segundo Hélio Gherardi, diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), é o descumprimento de obrigações trabalhistas pelas empresas terceirizadas, ao fim dos contratos.

— Os trabalhadores têm carteira assinada pela empresa terceirizada, que, assim que termina o contrato, desaparece. Eles entram com processos, procuram os donos, que não são encontrados, porque são de estados diferentes — frisou.

Responsabilidade

Para a maioria dos participantes do debate, a responsabilidade pelo trabalhador não deve ser apenas da prestadora

de serviço que o contratou, mas deve ser partilhada pela empresa que contratou os serviços.

— Manter a responsabilidade subsidiária e não a responsabilidade solidária remonta a 2 mil anos, transformando a tomadora de serviços em verdadeiro Pôncio Pilatos, lavando as mãos em relação aos direitos dos trabalhadores — disse Gherardi.

Único representante dos empregadores no debate, José Américo Leite Filho, diretor da Federação Brasileira de Telecomunicações (Febratel), discorda. Para ele, é a prestadora que contrata o trabalhador, devendo ela assumir todas as responsabilidades trabalhistas.



Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Paulo Paim (C) conduz o debate com representantes dos trabalhadores, dos empregadores e da Justiça

Paim: terceirizados são maiores vítimas de acidentes de trabalho

De cada dez trabalhadores vítimas de acidente de trabalho no Brasil, oito são terceirizados. A informação foi dada ontem em Plenário por Paulo Paim (PT-RS), a partir de documento elaborado no 30º Encontro Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, realizado na semana passada em Salvador.

De acordo com o texto, mais de 700 mil notificações de acidentes de trabalho foram feitas em 2011, sendo que 14 mil resultaram em invalidez e 2,8 mil, em morte dos trabalhadores.

“Por que a proteção ao trabalhador brasileiro está em risco? Porque os princípios fundamentais da Constituição Federal, de cidadania, dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho estão sendo desrespeitados, por meio da precarização das condições de trabalho. Porque a ameaça de flexibilização da legislação referente à terceirização é um desrespeito ao trabalhador”, diz um trecho do documento lido pelo senador.

O manifesto chama a atenção para a importância dos auditores fiscais do Trabalho, cuja função é fiscalizar as condições oferecidas aos profissionais brasileiros.

Paim destacou que os auditores pedem a realização de concursos públicos. Hoje há 2,9 mil para atuar em universo de 90 milhões de trabalhadores.

O senador também lembrou as comemorações pelo Dia Nacional do Técnico em Segurança do Trabalho, profissão regulamentada pela Lei 7.410/85.

Paim registrou, ainda, em seu pronunciamento, o resultado do 8º Congresso da Associação Brasileira de Canais Comunitários, realizado na semana passada em Brasília, onde representantes de rádios e TVs comunitárias elaboraram um plano de mobilização com 50 propostas para fortalecimento do setor.

Projetos de lei no Congresso dividem os debatedores

O diretor da Febratel defendeu projetos que tramitam no Congresso com o propósito de definir um marco legal para a prestação de serviços, como o PL 4.330/04 e o PL 951/11, ambos em exame na Câmara.

— Os projetos devem oferecer segurança jurídica para que possamos atrair investimentos no setor de serviços, que vai gerar os empregos — afirmou Leite Filho.

Daniela Varandas, vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores

do Trabalho, manifestou preocupação com esses projetos.

— Sob a pretensa justificativa de redução de custos, essas proposições trazem retrocesso, pois buscam diminuir direitos históricos — disse Daniela, em relação ao PL 4.330/04.

Também o PL 951/11, chamado de Simples Trabalhista, foi criticado. Para Gherardi, ele aniquila a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O auditor fiscal Marcelo Campos disse que o Simples Trabalhista vai na contramão

de proposições como a PEC 478/10, que amplia direitos dos empregados domésticos, aprovada em primeiro turno pela Câmara esta semana.

De acordo com Vera Lêda de Moraes, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores no Distrito Federal, e Joilson Antonio Cardoso, secretário da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), o país precisa de leis que impeçam desvios no mercado de contratações terceirizadas.

Estatísticas de acidentes de trabalho confirmam as condições inadequadas dos terceirizados, disse José Augusto da Silva Filho, diretor da Federação Nacional dos Técnicos de Segurança do Trabalho: de cada dez trabalhadores acidentados no Brasil, oito são terceirizados.

A falta de proteção ao prestador de serviço também foi confirmada por Maximiliano Garcez, membro da Associação Latino-Americana dos Advogados Laboristas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Comissão de Educação aprova proposta de Randolfe que flexibiliza a Lei de Responsabilidade Fiscal, se necessário, para cumprir a legislação sobre a aplicação do Fundeb ou o piso nacional do magistério



Roberto Requião (D) coordena votações da Comissão de Educação: permissões podem ampliar gastos com educação

Projeto permite aumento de despesa com professores

PROJETO QUE FLEXIBILIZA a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para permitir que a União, os estados e municípios gastem mais com pagamento de professores foi aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A proposta (PLS 62/12 — Complementar), de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pelo Plenário.

A LRF (Lei Complementar 101/00) estabelece que pode ser gasto com pagamento de servidores no máximo 50% da receita corrente líquida, no caso da União, e 60%, no caso de estados e municípios. O projeto prevê duas hipóteses de excepcionalidade desses limites. A primeira é para os gastos com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a segunda refere-se a despesas decorrentes de pagamento do piso salarial nacional dos professores.

Randolfe explica, na justificativa, que hoje, enquanto a LRF dispõe sobre limites máximos para gastos com

pessoal, as Leis 11.494/07 (sobre a aplicação dos recursos distribuídos por meio do Fundeb) e 11.738/08 (que criou o piso salarial nacional do magistério) estabelecem limites mínimos para as despesas que mencionam “e, muitas vezes, um mandamento legal só pode ser cumprido se o outro for ignorado”. O projeto, que busca solucionar o problema, recebeu voto favorável do relator, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

Audiência

A comissão aprovou também a inclusão de convidados na audiência pública a ser realizada em conjunto com a CAE sobre o novo Plano Nacional de Educação. Por iniciativa de Inácio Arruda (PCdoB-CE), deverão ser ouvidos representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE), da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O debate está marcado para amanhã, às 14h.

Foi considerado prejudicado — por sugestão do relator, Alvaro Dias (PSDB-PR) — o

PLS 394/09, de Valdir Raupp (PMDB-RO), que regulamentaria a utilização de espaços publicitários, bandeiras, hinos e marcas relativos à Copa do Mundo de 2014. Conforme observou Alvaro, o tema já se encontra regulamentado em lei.

Por 6 votos a 4, a CE rejeitou requerimento de Alvaro Dias para convidar Esmeraldo Malheiros, consultor jurídico do Ministério da Educação, a falar sobre suposta participação de funcionários do ministério em atos criminosos investigados pela Operação Porto Seguro, da Polícia Federal.

Alvaro disse que a Casa não poderia “assistir passivamente às ações da Polícia Federal”. Os senadores da base governista presentes à reunião, no entanto, preferiram seguir a orientação de Walter Pinheiro (PT-BA), segundo a qual deverão ser chamados a prestar esclarecimentos às comissões do Senado sobre o tema apenas os ministros e presidentes de agências reguladoras que tenham alguma vinculação com as denúncias relacionadas à operação policial.

Comissão marca votação do Ato Médico para a semana que vem

Ficou para a próxima semana a votação, pela CE, do projeto que institui o Ato Médico (PLS 268/02). Logo após a leitura de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) de relatório favorável à proposta, o presidente da comissão, Roberto Requião (PMDB-PR), colocou-a em vista coletiva e anunciou que a votação ocorrerá na terça-feira.

Ao apresentar o voto, Cássio lembrou que o projeto já tramita há uma década no Congresso e que foi tema de um “debate exaustivo”. O parlamentar defendeu o texto já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que acata modificações feitas pela Câmara dos Deputados e rejeita emendas consideradas benéficas aos médicos, mas desfavoráveis a profissionais de outras áreas da saúde.

— É inimaginável pensar que o Senado estaria propondo legislação que criasse hierarquia entre profissões. Todas são importantes — afirmou Cássio.

Mesmo depois do pedido de mais tempo para análise do projeto, solicitado inicialmente por João Capiberibe (PSB-AP), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator da matéria na CCJ, defendeu o texto.

Ele disse que procurou garantir os direitos de profissões regulamentadas e reconhecidas em lei, restaurando, em

alguns dispositivos, o texto aprovado originalmente pelo Senado, antes das modificações da Câmara. O relator citou como exemplo a entubação traqueal, que, segundo o texto adotado pela CCJ, passa a ser coordenado — e não comandado — por um médico. Valadares lembrou a necessidade de integração, nessa função, entre médicos e fisioterapeutas.

Folclore

Lúcia Vânia (PSDB-GO), autora do substitutivo enviado à Câmara, informou que o projeto foi discutido no Senado por dois anos com representantes de 14 categorias.

Waldemir Moka (PMDB-MS) admitiu que existe uma série de críticas ao projeto, mas alertou que na maioria das vezes os autores dessas críticas não conseguem apontar as falhas que dizem existir no texto.

Da mesma forma, Cyro Miranda (PSDB-GO) lamentou que ainda exista muita “falta de conhecimento” a respeito da proposta.

Ao final da discussão, Requião disse que o debate em torno do projeto do Ato Médico está cercado por “muito folclore”.

— Meus amigos de barbearia em Curitiba me perguntaram, brincando, se será necessário obter uma receita médica para cortar o cabelo.



Cássio Cunha Lima, relator, ao lado de João Capiberibe: “debate exaustivo”

Índios cobram agilidade na demarcação de terras no sul da Bahia

Representantes das etnias indígenas pataxó e tupinambá cobraram do governo federal agilidade na análise dos processos de demarcação de terras no sul da Bahia.

Em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o cacique Aruã, da aldeia pataxó Coroa Vermelha, pediu o apoio do presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), contra a aprovação pelo Congresso de propostas de emenda à Constituição que, na avaliação dele, restringem direitos indígenas. Uma delas é a PEC 215/00, que transfere, do Executivo para o Congresso, a prerrogativa para

demarcação e homologação de terras indígenas, quilombolas, e áreas de conservação. Segundo ele, há temor de que os parlamentares ruralistas possam

inibir novas demarcações e de que a medida venha a resultar em agressões radicais aos povos que habitam essas terras.

De acordo com o cacique, a

lentidão do governo federal em demarcar as terras indígenas tem impedido a construção de escolas e casas nas aldeias e o acesso a programas básicos

do governo, como o Luz Para Todos.

Adelar Cupsinski, representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), afirmou que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário funcionam muito bem contra os interesses dos índios, mas não têm a eficiência necessária quando é para protegê-los.

Aruã solicitou a Paim o encaminhamento de várias demandas dos povos pataxó e tupinambá a autoridades, entre as quais uma carta à presidente Dilma Rousseff pedindo a desapropriação por interesse social da terra indígena em Coroa Vermelha.



Pataxós e tupinambás pedem a Paulo Paim (D) apoio para rejeitar PEC considerada prejudicial às comunidades indígenas



No Plenário, Walter Pinheiro (E) pede aos colegas que analisem seu parecer sobre o projeto de cria novas regras de divisão do Fundo de Participação dos Estados

Relator defende novas regras do FPE baseadas só em população e renda

Walter Pinheiro pede a colegas que votem projeto logo, para que seja apreciado pela Câmara; regras caducam em 31 de dezembro

O SENADOR WALTER Pinheiro (PT-BA) informou na sessão de ontem que todos os senadores receberiam seu parecer sobre o PLS 289/11 — Complementar, que muda as regras de partilha dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Ele disse esperar um acordo para votar a proposta, que precisa ser aprovada até o fim do ano, já que o atual modelo foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O PLS 289/11, dos senadores Randolfé Rodrigues (PSOL-AP),

Romero Jucá (PMDB-RR), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Jorge Viana (PT-AC), prevê que os recursos sejam distribuídos entre os estados com base no índice de desenvolvimento humano (IDH), na renda per capita, na população, no território, na cobertura de esgoto e água tratada e na proporção de unidades de conservação e de áreas indígenas.

Pinheiro informou que seu relatório — ele relata o texto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) — mantém como piso dos repasses os montantes

que os estados recebem atualmente do FPE. As regras seriam alteradas gradativamente até 2018 de acordo com apenas dois critérios: a população e a renda per capita domiciliar.

Além da CAE, o projeto passará pelas Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pinheiro pediu aos colegas que o PLS seja aprovado no Senado até 18 de dezembro, para viabilizar a votação na Câmara antes do recesso parlamentar.

O presidente do Senado, José Sarney, disse já ter conversado com o presidente da Câmara, Marco Maia, para que ambas

as Casas definam uma agenda para aprovação de matérias importantes, como a do FPE, até o fim do ano.

Para Randolfé, se o relatório for igual ao texto apresentado pela Comissão do Pacto Federativo, manterá os erros apontados pelo STF:

— Pelas informações que tenho, o parecer vai contra os interesses dos estados menos aquinhoados.

Em 2010, o STF declarou inconstitucionais as regras e determinou ao Congresso que aprovasse, até 31 de dezembro de 2012, uma nova lei definindo a partilha. Se não aprovar a lei, os repasses serão suspensos.

Jucá: se projeto não for votado logo, haverá crise nos estados

Romero Jucá (PMDB-RR) disse esperar que seja votado dentro de poucos dias o projeto que cria novas regras para a distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

O senador fez um apelo aos líderes dos partidos para que o texto seja aprovado logo e possa ir para a Câmara.

A proposta tramita na

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) apensada a várias outras sobre o mesmo tema.

A pressa na aprovação se deve ao fato de, em 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) ter declarado inconstitucionais as regras atuais de distribuição.

— A não votação dessa matéria pode levar a uma

situação de crise nos estados. É fundamental registrar que os estados brasileiros mais pobres, menos desenvolvidos, dependem fundamentalmente dos recursos do FPE.

Após a aprovação pelo Senado, o texto ainda terá de passar pela Câmara antes de ser enviado para a sanção presidencial.



Jucá pede pressa na definição de novas regras para o FPE

Para Ferraço, Petrobras ganhou peso exagerado na exploração de petróleo

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) criticou o modelo de partilha para exploração do petróleo proposto no novo marco regulatório do setor. Ele explicou que, nesse modelo, adotado há quatro anos, a Petrobras é operadora exclusiva dos campos e deve ter no mínimo 30% de participação nos consórcios com outras empresas.

— É responsabilidade em excesso, é risco em excesso para ser assumido pela Petrobras — disse ele, que também tem defendido o veto presidencial ao



projeto relacionado à redistribuição dos royalties do petróleo (PLS 448/11).

O senador afirmou que, além de engessar a Petrobras, o modelo de partilha em vigor restringe o desenvolvimento tecnológico e a competitividade da indústria brasileira como fornecedora de peças e equipamentos para o setor.

— Não fosse a exigência de operação única, agentes privados poderiam estar trabalhando nas áreas de menor atratividade do pré-sal, segundo seu próprio interesse e percepção de risco.

Humberto diz que partilha dos royalties aprovada corrige distorções

Humberto Costa (PT-PE) disse acreditar que a presidente Dilma Rousseff sancionará o projeto que trata da distribuição dos royalties do petróleo.

O senador afirmou que o PLS 448/11, aprovado pelo Senado em outubro de 2011 e referendado pela Câmara neste mês, foi elaborado a partir de debates que reuniram lideranças do Congresso Nacional e do governo federal.

Segundo Humberto, a proposta encaminhada à sanção presidencial foi pensada de forma democrática, garantindo



uma partilha mais justa dos recursos.

O senador relatou que a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) avalia que a lei garantirá mais recursos para

educação, saúde e segurança.

— A questão é corrigir mais um problema de concentração de riquezas neste país e também a injustiça há muito cometida com a maioria dos estados e municípios brasileiros, que não usufruem das benesses advindas da exploração de um bem que é de todos os brasileiros.

Falta de acordo adia votação de MPs em Plenário

Sem acordo entre os líderes partidários, propostas tiveram ontem sua votação no Plenário do Senado adiada.

A pauta está trancada por três medidas provisórias (MPs) que precisam ser votadas antes do recesso de dezembro.

A primeira é a MP 575/12, que permite ao governo federal, aos estados e às prefeituras que antecipem os pagamentos a empresas que realizam obras por contrato de parcerias público-privadas (PPPs).

A matéria deve ser votada até 5 de dezembro para não perder a validade.

Trem-bala

Também está na pauta do Plenário a MP 576/12, que transforma a Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade (Etav) em Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

A nova empresa deve reorganizar a logística de rodovias, ferrovias, portos e hidrovias. Além disso, deve coordenar, fiscalizar, administrar e até executar as obras de infraestrutura e superestrutura dos trens-bala.

A terceira medida trancando a pauta do Plenário é a MP 580/12. O texto autoriza a concessão de preferência a produtos e serviços nacionais nos editais de licitação e contratos de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) geridos por estados e municípios e com transferência obrigatória de recursos financeiros da União.

Prazo para empréstimo ao RN é reaberto

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o projeto que reabre em 540 dias o prazo para o Rio Grande do Norte contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O empréstimo, de US\$ 7 milhões, já havia sido autorizado pelo Senado. Os recursos serão aplicados num programa de modernização da administração fiscal e financeira do estado.

O projeto ainda deve ser votado pelo Plenário do Senado.



Audiência pública na CMO discutiu ontem a situação de 14 empreendimentos de Dnit, Funasa, Valec Engenharia e Dnocs

Obras suspeitas na BR-448 provocam divergência

Presidente da Comissão de Orçamento teme paralisação de empreendimento em seu estado, enquanto deputado da Frente de Combate à Corrupção defende o fim do repasse de verbas para a obra do Dnit

NA PRIMEIRA DAS duas audiências públicas da Comissão Mista de Orçamento (CMO) sobre indícios de irregularidades em obras públicas, deputados apresentaram visões distintas sobre os problemas apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Para Paulo Rubem Santiago (PDT-PE), secretário-geral da Frente Parlamentar de Combate à Corrupção, alguns dos casos demonstram “a atuação do crime organizado contra o patrimônio público”.

— Não podemos mais compactuar com isso e permitir que certas obras continuem, muitas vezes em nome do desenvolvimento — protestou.

Já o presidente da CMO, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), disse que a comissão não pode tratar os indícios apresentados pelo TCU como sinais de corrupção e de desvio de dinheiro público, “porque o que acontece, muitas vezes, são divergências de metodologia, são diferenças conceituais”.

— Se for caso de corrupção, a questão tem de ser investigada pela Polícia Federal, e não por esta comissão — afirmou.

O principal ponto de divergência é a construção de um trecho da rodovia BR-448, no

Rio Grande do Sul, que deverá ligar Porto Alegre a Sapucaia do Sul. Entre os problemas apontados pelo TCU nessa obra, uma das maiores em realização pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), está o superfaturamento, provocado pelo pagamento de preços acima do mercado e por itens pagos em duplicidade.

Para Paulo Rubem, o caso é um exemplo de “indecência”. No entanto, Pimenta afirma que “as divergências entre o TCU e o Dnit têm caráter eminentemente técnico e podem ser negociadas”. Ele argumenta que a paralisação da obra representará uma grande perda para o estado, tanto em termos financeiros quanto sociais. Pimenta diz ainda que, nos casos de indícios de irregularidades, pode ser suspensa a execução dos trechos com problemas, mas não de toda a obra.

Fiscalização

O TCU apontou as irregularidades no Relatório de Fiscalização de Obras (Fiscobras), que visa auxiliar os senadores e deputados a decidir se as obras continuarão ou não a receber verbas do Orçamento da União. O documento foi en-

tregue ao Congresso em 30 de outubro e propõe a paralisação de 22 obras públicas.

Ontem, foram debatidos indícios de irregularidades em obras de quatro órgãos governamentais: o Dnit, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. Hoje, a audiência será sobre obras da Petrobras e dos Ministérios das Cidades e da Integração Nacional.

Outra obra discutida, a de duplicação da BR-116, também no Rio Grande do Sul, pode ser liberada pelo TCU até o final do ano, se o parecer do relator do caso no tribunal for favorável. O Dnit enumerou, há duas semanas, em reunião do Comitê de Avaliação das Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves, da CMO, as medidas tomadas para resolver os problemas apontados na licitação. As informações levaram o secretário de Fiscalização de Obras do TCU, José Ulisses Vasconcelos, a pedir uma nova fiscalização. Ontem, na audiência, ele anunciou que foi verificada a correção dos principais problemas.

Emendas ao Orçamento passam em comissão

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem as emendas do colegiado ao projeto de Orçamento da União 2013.

Conforme o relatório de Sérgio Souza (PMDB-PR), a CMA recomendará 4 emendas, das 65 apresentadas. A primeira destina R\$ 130

milhões ao Tribunal de Contas da União (TCU), para “reserva de contingência financeira”. A segunda complementa o orçamento do Ministério Público da União com R\$ 100 milhões, para ações de “fiscalização e controle da aplicação da lei”.

A terceira emenda destina R\$ 180 milhões ao Ministério do Meio Ambiente, a serem

usados na elaboração e na implementação de projetos e obras para a coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos. Já a última, no valor de R\$ 45 milhões, vai para o Ministério da Defesa, para apoio ao Projeto Amazônia Azul.

As emendas da CMA serão encaminhadas ao relator-geral do Orçamento, Romero Jucá (PMDB-RR).

Relator de CPI admite retirar pedido contra Gurgel

O relatório da CPI do Cachoeira, que deve ser lido hoje, pode apresentar mudanças, com a retirada de nomes inicialmente apontados para indiciamento e investigação.

A informação foi dada pelo relator da comissão, deputado federal Odair Cunha (PT-MG).

Ele admitiu que pode retirar do texto “questões não centrais”, como o pedido de investigação do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, e o pedido de indiciamento do jornalista Policarpo Júnior, da revista *Veja*.

— Temas não centrais do nosso relatório podem, sim, ser negociados. Exatamente por isso estou estabelecendo o diálogo com todos os membros da CPI — afirmou.

Apesar de admitir a retirada do nome de Gurgel, Odair Cunha disse estar convencido das razões que o levaram a pedir a investigação do procurador-geral, responsável pela interrupção das investigações da Operação Vegas, que monitorou o grupo de Cachoeira em 2009.

Questionado sobre uma possível negociação para a retirada do pedido de indiciamento do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), deu indicativos de que essa parte deve ser mantida.

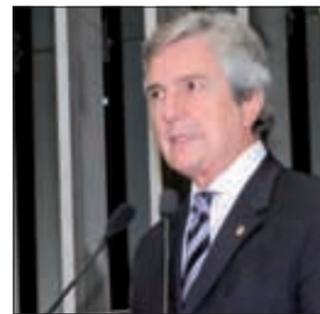
— O ponto central está nas pessoas que foram corrompidas e cooptadas pela organização criminosa. O governador Marconi Perillo está entre esses pontos centrais.

Collor pede indiciamento de jornalistas e procuradores

Fernando Collor (PTB-AL) apresentou ao relator da CPI do Cachoeira, deputado Odair Cunha (PT-MG), um ofício pedindo a inclusão do presidente do Conselho de Administração da Editora Abril, Roberto Civita, no rol de indiciados do relatório final pela prática do crime de formação de quadrilha.

Collor pede o indiciamento de cinco jornalistas da revista *Veja* (editada pela Abril) por suposto envolvimento com a organização criminosa de Carlinhos Cachoeira.

No mesmo documento, o senador solicita que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) investigue a subprocuradora-geral da República Cláudia Sampaio



Fernando Collor apresentou pedidos ao relator da CPI do Cachoeira

Marques, mulher do procurador-geral Roberto Gurgel. O relator já havia pedido ao órgão a investigação de Gurgel, o que causou polêmica entre os integrantes da comissão.

De acordo com Collor, a participação de Cláudia Sampaio no “engavetamento do inquérito da Operação Vegas da Polícia Federal é inequívoca”.

Para Couto, Dirceu não fica preso mais que um ano

Mário Couto (PSDB-PA) apostou o mandato parlamentar dele caso o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu chegue a “passar mais de um ano na cadeia”.

— Roubem, podem roubar, abriam as portas. Será que o Dirceu tira um ano de cadeia? Tira nada. Aposto o meu mandato — afirmou.

O ex-ministro foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 2 anos e 11 meses de reclusão por crime de formação de quadrilha e a 7 anos e 11 meses por corrupção ativa.

Couto destacou a apresentação de projeto que instituiu o 12 de novembro, data da fixação da pena de Dirceu, como o Dia do Mensalão.



Mário Couto aposta o mandato se ex-ministro realmente cumprir pena

A proposta aguarda votação na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde receberá decisão terminativa.

O senador explicou que o projeto busca guardar na memória da sociedade o dia em que a mais alta Corte do país “contemplou o maior anseio popular de ver execrados do cenário político representantes que usurparam as suas competências ao desviarem verba pública, por meio de formação de quadrilha e lavagem de dinheiro”.

Representante das famílias de São Paulo envolvidas em adoções suspeitas falou ontem à CPI do Tráfico de Pessoas pouco depois de a Justiça determinar a volta das cinco crianças para a Bahia

Advogada alega que irmãos adotados eram maltratados

A CPI DO Tráfico de Pessoas ouviu ontem a advogada Lenora Panzetti, representante de famílias de São Paulo que adotaram cinco irmãos de Monte Santo (BA) em procedimentos apontados como suspeitos. A advogada rebateu a acusação de que os adotantes seriam “sequestradores” e afirmou que alguns dos meninos sofriam maus-tratos da família biológica, tendo sido até internados por causa disso.

Também ontem, o atual juiz de Monte Santo, Luiz Roberto Cappio, determinou a volta das crianças à Bahia. Elas serão encaminhadas a instituição de acolhimento para depois voltarem ao convívio permanente com os pais biológicos. Lenora disse ter tomado conhecimento da decisão e adiantou que as famílias adotantes devem recorrer. A advogada também afirmou que ela e sua família estão sofrendo ameaças de sequestro, “para que saibam como é a dor de ter um filho retirado”, e, por isso, está andando com proteção.

Apesar das críticas à exposição das famílias adotantes, a

advogada admitiu que apenas duas das famílias que receberam as crianças já tinham registro no Cadastro Nacional de Adoção, enquanto as outras duas estavam em processo de inclusão. A advogada confirmou também aos integrantes da CPI que a primeira criança adotada, uma menina que na época tinha 2 meses de vida, teve a guarda provisória concedida para uma médica nutróloga de Indaiatuba (SP) num período de pouco mais de dois meses após a habilitação para a adoção ter sido aprovada pela Justiça da Bahia.

Sem respeito à fila

A relatora da CPI, Lídice da Mata (PSB-BA), considerou esses trâmites estranhos e rápidos demais para os padrões, sem o devido respeito à fila natural do cadastro de adoções.

Lenora afirmou que, a seu ver, o devido processo legal foi respeitado. Ela explicou que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê a retirada de crianças da guarda dos pais, quando é concedida medida protetiva. Segundo a

advogada, as crianças baianas correm o risco de adoecer ou de sofrer maus-tratos se voltarem ao convívio das famílias biológicas. Como Monte Santo não tem abrigo ou casa de passagem, disse ela, a colocação das crianças em família substituída foi o meio que a Justiça acabou encontrando para protegê-las.

— Foi o próprio Ministério Público que, desde o começo, provocou o Judiciário para retirar as crianças do convívio materno porque estavam expostas a risco. Dois menores chegaram a ser hospitalizados — disse a advogada.

Até ontem, afirmou Lenora, as duas crianças mais velhas estavam na escola depois de receberem aulas especiais, pois não distinguiam letras e números, nem cores. Viviam com uma família de Campinas (SP) que se dispôs a acolhê-las juntas. As três mais novas estão cada uma com uma família de Indaiatuba, e duas delas têm outros irmãos adotivos. Segundo a advogada, as famílias em São Paulo se encontram sempre, e as crianças têm noção de que são irmãos biológicos.

Suplicy cita Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher



Waldemir Barreto/Agência Senado

Suplicy: Justiça lenta favorece violência contra mulheres

Eduardo Suplicy (PT-SP) comemorou ontem o Dia Internacional da Não Violência contra a Mulher, celebrado domingo. Ao avaliar a situação da violência contra a mulher no Brasil, ele considerou a morosidade da Justiça como principal fator que impede a eliminação do problema.

Segundo o senador, a lentidão faz com que a maior parte das agressões acabem não recebendo a punição prevista na Lei Maria da Penha. Além da impunidade, Suplicy ressaltou o fato de que muitos juízes brasileiros ainda tentam conciliação mesmo diante de evidências de abusos.

Citando dados do Observatório Lei Maria da Penha, ligado à Universidade Federal da Bahia (UFBA), Suplicy observou que o machismo e o preconceito estão presentes mesmo entre

delegados e juízes, que tendem a classificar a violência contra a mulher como um assunto de foro íntimo, relegado a um segundo plano diante de outras questões.

— Há casos de mulheres que denunciam o agressor e esperam mais de seis meses por uma audiência, e o juiz ainda tende a ignorar a gravidade da denúncia e primar pela conciliação e a retirada da queixa. Sobre tudo no Nordeste, vemos até o assédio de policiais contra as mulheres no momento da denúncia, quando elas estão fragilizadas — lamentou Suplicy.

O senador aproveitou o pronunciamento para apresentar voto de pesar por Sérgio Miranda, ex-deputado federal pelo PDT de Minas Gerais, que morreu segunda-feira, aos 65 anos, vítima de câncer de pâncreas.



Os advogados Volnei Simões Todt (E) e Lenora Panzetti e os senadores Paulo Davim e Lídice da Mata em reunião da CPI

Senadora vê indícios de tráfico de crianças

Para Lídice da Mata, o depoimento de Lenora Panzetti reforçou a existência de vazios e irregularidades nas adoções de Monte Santo e a provável existência de uma quadrilha de tráfico de crianças. Entre diversos elementos, a presença da intermediadora Carmem Topschall — que não é sequer integrante do conselho tutelar ou mesmo moradora da cidade — na adoção de várias crianças em processos de quatro anos atrás foi considerada espantosa.

— É coincidência demais que uma só cidade possa fornecer tantas crianças — disse.

As respostas da advogada a questionamentos da senadora

acrescentaram novos detalhes às investigações: Carmem Topschall também é adotante de duas crianças de Monte Santo, e os pais adotivos de São Paulo tomaram conhecimento da disponibilidade dos meninos por meio de outra baiana, conhecida por Dora, ela própria adotante de mais duas crianças da região. Dora mora em São Paulo e conhece as famílias adotantes envolvidas na denúncia feita pelo programa *Fantástico*, da TV Globo. Todos eram frequentadores de “cursos para adoção”.

O juiz Cappio também foi convidado para depor à CPI, mas não pôde comparecer. Segundo informou, estava

trabalhando para acolher a solicitação do Ministério Público para que as crianças retornassem à família na Bahia.

— Ele se colocou à disposição para se reunir com os membros da CPI a qualquer tempo. Mas a audiência pública que tivemos na Bahia e a audiência de agora já nos dão muitos elementos para trabalhar nesse caso — explicou Lídice.

A CPI deverá encerrar os trabalhos até o dia 18 de dezembro. Segundo a senadora, o que não for possível concluir deverá ser repassado para que comissão semelhante em funcionamento na Câmara dos Deputados possa investigar.

Sérgio Miranda se dedicava às causas do país, diz Arruda

Ao manifestar pesar pela morte do ex-deputado federal Sérgio Miranda (1947—2012), o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) afirmou ontem que ele “lutou a vida inteira em defesa do seu povo”.

Morto na segunda-feira, Sérgio Miranda, que foi filiado ao PCdoB e ao PDT, foi deputado federal por Minas Gerais em quatro mandatos, de 1993 a 2006.

— Desde garoto, Sérgio Miranda de Matos Brito foi uma pessoa dedicada completamente às causas do nosso país. Figura alegre, de uma disposição sem igual para o trabalho, teve como base da sua militância a cidade de Fortaleza, onde foi estudante secundarista, estudante universitário e onde entrou no Partido Comunista. Por ali, ele dedicou toda a sua vida

à causa do Brasil — disse.

Inácio Arruda lembrou que Sérgio Miranda atuou na clandestinidade durante a ditadura militar (1964—1985).

— O Sérgio foi esse militante da resistência, do período mais difícil da vida política brasileira, que foi a ditadura. Jovens abnegados, que se entregavam completamente à causa do país e do povo, que não aceitavam a ditadura da direita brasileira, conservadora, preconceituosa — afirmou.

Inácio Arruda lembrou ainda que Sérgio Miranda foi vereador e deputado federal, integrou a CPI dos Anões do Orçamento (1992) e se tornou um dos maiores especialistas em orçamento público no Congresso Nacional.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) também homenageou Sérgio Miranda.

Peirão Franco/Agência Senado



Inácio Arruda homenageia Sérgio Miranda, morto esta semana

Texto, que ainda precisa passar por segunda votação na Comissão de Meio Ambiente, tem como objetivo diminuir desperdício

Projeto determina que apartamento tenha medidor próprio de água

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem, em decisão terminativa, o substitutivo ao PLS 444/11, do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que estabelece a medição individualizada do consumo de água nas edificações condominiais.

A proposta altera as diretrizes nacionais para o saneamento básico, com o objetivo de promover maior sustentabilidade no consumo de água, evitando o desperdício.

De acordo com Valadares, “a proposição foi formulada para estabelecer uma correlação precisa entre a cobrança e o consumo dos serviços de água e esgoto em cada unidade imobiliária”.

Em último caso, ele diz acreditar que a redução dos custos de provisão de água pelas concessionárias poderia resultar na redução das tarifas de água cobradas da população.

O projeto dá prazo de cinco anos para os condomínios se adaptarem à nova regra.



Medidor de consumo de água: proposta estabelece prazo de cinco anos para condomínios se adaptarem à nova norma

Todavia, o relator, Sérgio Souza (PMDB-PR), observou que, no caso de edificações com muitos pavimentos, seria necessária uma reforma de grande escala e muito dispendiosa.

Segundo o relator, a medição individual exigiria a instalação

de colunas específicas com hidrômetros individualizados para cada unidade autônoma ou a implantação de hidrômetros em cada ramal das colunas existentes.

Por causa disso, ele apresentou uma emenda para

assegurar que a obrigação seja imposta apenas às edificações construídas a partir da vigência da lei.

O projeto deve ser submetido a votação em turno suplementar porque recebeu substitutivo integral.

Cidinho defende mudanças na legislação que protejam taxistas

Cidinho Santos (PR-MT) defendeu o aperfeiçoamento da legislação relativa à atividade dos taxistas. Segundo afirmou, promotores têm argumentado que o serviço de táxi é uma concessão do estado e, por isso, teria de ser objeto de licitação.

— Isso deixa os taxistas preocupados, porque é um trabalho prestado à sociedade há anos e que muito tem contribuído com a nossa nação.

Segundo Cidinho, ao menos três projetos de lei tramitam no Senado para modificar normas referentes à atividade. Ele pediu empenho dos colegas para a apreciação das matérias.

— Os taxistas prestam serviço de inequívoca relevância

para toda a sociedade e estão a merecer o reconhecimento adequado da profissão.

O PLS 388/12 institui diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, com o objetivo de estabelecer um regime mais eficaz de prestação do serviço de transporte urbano, coletivo e individual. O PLS 5/12 aborda as condições necessárias para o exercício da função de taxista. O PLS 253/09 trata da transmissão de autorização para a exploração de serviço de táxi.

— Devemos endossar o argumento de que o serviço pode ser exercido por qualquer pessoa, desde que se satisfaçam requisitos técnicos e de segurança.

Texto prevê que consumidor seja avisado de recall de carro por carta

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem, em caráter terminativo, o projeto que obriga as concessionárias a notificar pessoalmente os proprietários de veículos objetos de recall — por meio de carta com aviso de recebimento (AR) — e a realizar gratuitamente o reparo do defeito (PLS 66/12).

O projeto, elaborado pelo senador Humberto Costa (PT-PE), determina que a notificação não poderá fixar limite para o exercício do direito à reparação do defeito em questão e que tal direito poderá ser cobrado

em qualquer concessionária da rede autorizada — não necessariamente a mesma em que o consumidor adquiriu o veículo.

Humberto argumentou que muitos proprietários de automóveis não são informados da existência do recall, já que a montadora se limita a divulgar o chamado na mídia. Ainda de acordo com ele, o estabelecimento de prazo para que o consumidor encaminhe o veículo à concessionária para o conserto é medida abusiva, já que a solução do problema diz respeito à segurança do passageiro.

O projeto agora vai para a Câmara dos Deputados.

Lopes: novos prefeitos devem olhar prevenção de desastres

Eduardo Lopes (PRB-RJ) chamou a atenção para as transformações urbanas e as carências de infraestrutura nos municípios, que representam desafios para os prefeitos eleitos em 2012. Urbanização acelerada, envelhecimento da população e falta de prevenção contra desastres foram alguns

dos problemas que, conforme ressaltou o senador, constituem responsabilidades crescentes para os gestores municipais.

— O vertiginoso processo de urbanização observado nas últimas seis décadas não foi, infelizmente, acompanhado de um simultâneo planejamento da expansão das nossas



Em discurso, Eduardo Lopes aponta desafios dos futuros administradores

idades. Muito pelo contrário: as cidades, mesmo as de pequeno porte, apresentam

sérios problemas de falta de planejamento e de ocupação precária e irregular do solo.

Lopes criticou o fato de as cidades serem “criadas para automóveis”. Para ele, merecem apoio projetos de renovação urbana que garantam mobilidade para pedestres e ciclistas e estimulem o transporte público.

O senador citou dados do IBGE que revelam a falta de preparo dos municípios para o enfrentamento de desastres

Aprovada regra para produção de animal clonado

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou o projeto que regulamenta as atividades de pesquisa, produção, importação e comercialização de animais clonados (PLS 73/07). A proposta é da senadora licenciada Kátia Abreu (PSD-TO).

Durante a tramitação, a matéria foi modificada de modo a abranger somente os clones de animais domésticos, mudança com a qual concordou o relator Acir Gurgacz (PDT-RO). Inicialmente, a intenção da autora era que a regulamentação incluísse mamíferos (exceto humanos), peixes, anfíbios, répteis e aves.

Da maneira como foi aprovado, o projeto determina que a produção comercial e a liberação no meio ambiente de clones de animais silvestres nativos do Brasil dependerão de autorização prévia do órgão federal ambiental.

O senador considerou que o projeto não contém disposições que ofendam o meio ambiente, uma vez que a clonagem gera organismos geneticamente idênticos, e os clones não oferecem riscos à saúde e à integridade ambiental.

Aprovado de forma terminativa pela CMA, o projeto vai agora à Câmara dos Deputados, se não houver recurso para votação no Plenário do Senado.

naturais. Conforme salientou, 6,2% das prefeituras têm capacidade de desenvolver ações preventivas contra catástrofes.

— O restante, 93,8%, não se preocupa com essa questão, talvez por acharem que não estão suficientemente expostas a tais riscos.

Ele ainda mencionou que 50% das cidades não controlam a qualidade da água e 70% não têm plano de saneamento básico.

Comissão da transposição do São Francisco deve definir agenda hoje

Cícero criticou atraso na conclusão das obras, prevista para este ano, mas anunciada pela ministra do Planejamento para 2016

A COMISSÃO PARA acompanhar e fiscalizar a transposição de águas do Rio São Francisco deve definir hoje o plano de trabalho, anunciou Cícero Lucena (PSDB-PB). O senador disse estar preocupado com a seca que atinge o Nordeste há alguns meses.

Criada por iniciativa de Cícero, a comissão foi instalada há cerca de dez dias e tem como presidente Vital do Rêgo (PMDB-PB). Na reunião, os senadores devem discutir a atuação e os objetivos do colegiado.

Cícero também comentou a declaração da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, feita em reportagem do *Jornal Nacional*, da TV Globo, sobre o atraso nas obras de revitalização do rio e transposição das águas. Ao admitir

que a obra — com conclusão prevista para 2012 — só deve ficar pronta em 2016, a ministra afirmou que “aquele pessoal lá tem muita fé”.

— Esse pessoal somos nós, paraibanos, cearenses, baianos. E lhe respondo, ministra, que o povo nordestino tem realmente fé, muita fé. Eu, inclusive, vou colocá-la nas minhas orações para que tenha sensibilidade e compromisso em ajudar nos problemas do povo da minha terra — afirmou.

Segundo o *Jornal Nacional*, o custo das obras seria de R\$ 4,5 bilhões, mas há dois anos o valor subiu para R\$ 6,8



Cícero destaca intensidade da seca que atinge o Nordeste

bilhões e agora está em R\$ 8,2 bilhões.

O senador apontou a foto de capa da revista paraibana *A Semana* como “a melhor ilustração do momento complicado que a região enfrenta”. Na imagem, um agricultor bebe água de uma garrafa, e um novilho aguarda ao seu lado, esperando lam-ber alguma gota que porventura escorra.

Em aparte, Vital do Rêgo disse que a capa da revista “fala mais do que mil discursos” e disse que a transposição do São Francisco é uma “obra redentora” do Nordeste, principalmente da Paraíba.



Obras em Cabrobó (PE): Cícero destaca que, pela previsão inicial, a transposição de águas já deveria estar pronta, mas avançou apenas 43%

Cássio pede que Dilma decreta situação de emergência no Nordeste

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) fez um apelo para que a presidente Dilma Rousseff assinasse decreto reconhecendo a situação de emergência no Nordeste, em decorrência do longo período de seca, facilitando a logística para que a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) possa ajudar a produção rural que está sendo “dizimada pela estiagem, numa tragédia sem precedentes na história recente da região”.

O senador explicou que a Conab entregou na Paraíba 23 mil toneladas de milho, 2 mil por semana, para alimentação dos animais. O volume, porém, foi insuficiente. Há alguns dias, os parlamentares da Paraíba se reuniram com o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, e souberam que outras 50 mil toneladas estariam disponíveis para a região, mas a entrega esbarrava em um problema logístico: falta de local para armazenamento e de formas de distribuição.

— Não havendo decreto de estado de emergência, será preciso licitar, e até lá não haverá mais agricultura, pecuária, avicultura, nem suinocultura no Nordeste — argumentou.

Cássio também criticou declarações da ministra do Planejamento, Miriam Belchior, feitas na semana passada, de que a situação no Nordeste estaria sob controle porque não há registros de saques ou outras ações típicas de tragédias. Ele disse que os saques só não ocorrem porque o nordestino é “um povo ordeiro, trabalhador e honesto”.

Vital do Rêgo apela por urgência nas ações de combate à seca

“Embora a seca castigue os nordestinos há séculos, há pelo menos 40 anos ela não aparecia com tanta violência”, disse Vital do Rêgo (PMDB-PB). Ele explicou que, segundo monitoramento do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, o volume dos reservatórios de água estão caindo consideravelmente. Vital pediu ao governo ações emergenciais, de curtíssimo prazo, como o envio de carros-pipa, para servirem de paliativo, e o planejamento urgente de outras ações, de curto e médio prazo, para a região.

— Algumas cidades já passam de dois anos sem qualquer sinal de chuva, e a seca assola a região de modo generalizado, com graves repercussões econômicas e sociais — afirmou.

Vital lamentou que o problema da seca tenha sido, ao longo dos anos, “condicionado a recursos insuficientes e a programas que não resolveram, nem localmente, o problema”. Também elogiou a iniciativa do ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, de adquirir mais milho no Centro-Oeste, em uma tentativa de minimizar o problema das estiagens prolongadas.



Vital: em certas cidades não chove há mais de dois anos

Comissão vota tolerância zero para condutor alcoolizado

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar hoje alterações no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) para tornar crime conduzir veículo sob influência de qualquer concentração de álcool ou droga.

A pena passaria a ser detenção de 6 meses a 3 anos — ampliada para 1 a 4 anos se resultar em lesão corporal; para 3 a 8 anos se a lesão for grave; e para 4 a 12 anos se resultar em morte.

A tolerância zero para consumo de álcool por motoristas consta do substitutivo de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ao projeto PLC 27/12. Se aprovado pela CCJ, o texto irá para o Plenário.

Ferraço concordou com várias alterações no CTB propostas no projeto original. Ele manteve a possibilidade de verificação da concentração de álcool pelo uso do bafômetro e por outros meios, como prova testemunhal,

imagens, perícias e exames clínicos.

O relator propôs abolir o nível mínimo de concentração de álcool no sangue permitido a condutores, previsto na lei atual. Para ele, o código deve estabelecer tolerância zero, refletindo “uma posição social e política mais firme”. A tolerância zero facilitaria a prova do estado de embriaguez, hoje dificultada pela existência de um limite (6 decigramas de álcool por litro de sangue).

Para Casildo, Brasil deve se inspirar nos investimentos da China em infraestrutura

Casildo Maldaner (PMDB-SC) comunicou em Plenário que participou de uma missão oficial do Senado à China. O senador destacou a relevância e a importância do país para o Brasil, principalmente em relações comerciais.

Para Casildo, o Brasil tem muitas lições a aprender com os chineses, como os vultosos investimentos em infraestrutura de energia elétrica e transporte ferroviário e portos.

Entre as atividades realizadas, Casildo Maldaner destacou visitas à Assembleia Popular Nacional da China, a associações de comércio exterior e a assembleias legislativas municipais e estaduais.

Também integraram a comitiva Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Lobão Filho (PMDB-MA), Cícero Lucena (PSDB-PB), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e José Agripino (DEM-RN).

O senador lembrou que a China é o maior parceiro comercial do Brasil, destino de 17% das exportações brasileiras. Além disso, 14% das importações brasileiras são provenientes da China.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Raupp cobra empenho do Congresso Nacional na reforma política

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse que a elaboração de uma reforma política é fundamental para o funcionamento do regime democrático no Brasil.

O senador lembrou que a reforma política consta da agenda do Congresso há mais de 15 anos e apontou os sucessivos impasses que têm impedido o tema de avançar.

Sem uma reforma política profunda, na avaliação de Raupp, os avanços democráticos da Constituição de 1988 podem estar sob a ameaça das “disfuncionalidades” do sistema político-eleitoral.

O senador ressaltou que, apesar das dificuldades inerentes às alterações no sistema político-eleitoral, não se pode perder a oportunidade de debater e deliberar sobre uma reforma política que busque reduzir ou mesmo eliminar problemas do atual modelo.

— As coligações nas eleições proporcionais, em geral, constituem uniões passageiras, estabelecidas apenas durante o período eleitoral por mera conveniência, sem qualquer afinidade de programa ou ideologia entre os partidos coligados, o que, obviamente, enfraquece o sistema representativo.



Waldemir Barreto/Agência Senado